

Entrevista com César R. S. Bolaño

Plataformas digitais e as mudanças na mediação social sob o viés da Economia Política da Comunicação, Informação e Cultura

Por Jonas Valente e Helena Martins

Contatos:

jonasvalente@gmail.com

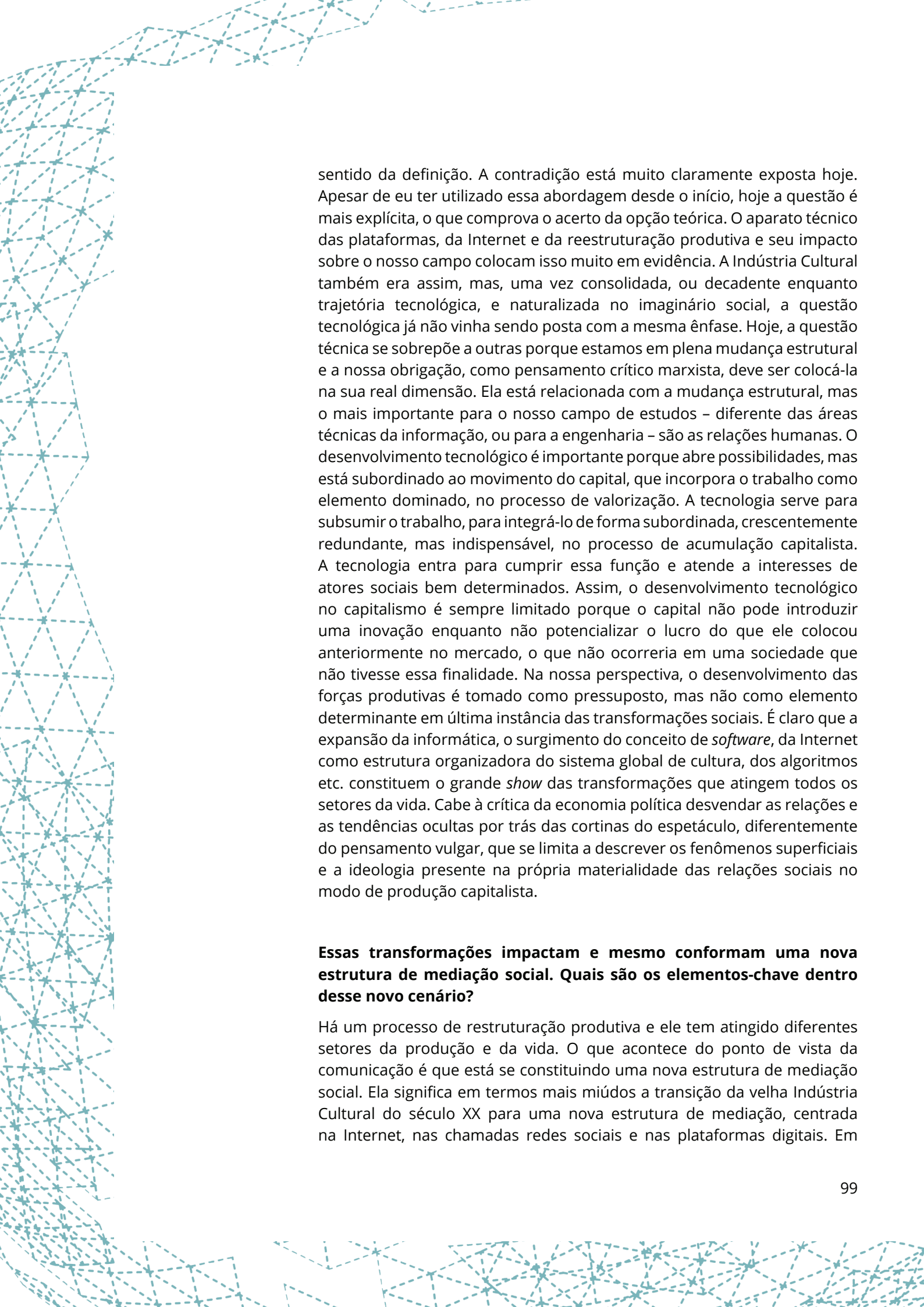
helena.martins@ufc.br

1. Na definição de Mosco (1996, p. 25), trata-se do “[...] estudo das relações sociais, particularmente as relações de poder que mutuamente constituem a produção, distribuição e consumo dos recursos”. MOSCO, Vincent. **The political economy of communication.** Londres: SAGE, 1996.

César R. S. Bolaño é um pioneiro no campo da Economia Política da Comunicação no Brasil. Além do seu trabalho fundador (*Mercado Brasileiro de Televisão*, Aracaju: Editora UFS, 1988 – Segunda edição São Paulo: EDUC, 2004), produziu tese em que pontua o papel de mediação da Indústria Cultural entre os interesses do capital e do Estado, de um lado, e do público consumidor de cultura, do outro (*Indústria Cultural, Informação e Capitalismo*, São Paulo: Hucitec, 2000). Graduado em Comunicação pela Universidade de São Paulo e com mestrado e doutorado em Economia pela Universidade Estadual de Campinas, Bolaño é professor titular aposentado da Universidade Federal de Sergipe. Foi fundador dos grupos de Economia Política da Intercom, da ALAIC e o primeiro presidente da União Latina de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura (ULEPICC). Também foi presidente da ALAIC e fundador do Portal e da Revista EPTIC, da qual é o diretor. Nesta entrevista, ele compartilha suas reflexões sobre os impactos das plataformas digitais na Indústria Cultural e no sistema capitalista, bem como os desafios postos por eles para a Economia Política da Comunicação e da Cultura.

Entrevistadores – Em uma aula recente para o curso virtual da Revista Eptic, você definiu a Economia Política da Comunicação e da Cultura como “o estudo das relações de produção capitalistas relativas à estrutura dos sistemas de mediação social, tendo por pressuposto o desenvolvimento das forças produção ou, em outras palavras, trata-se da ampliação do ferramental crítico da economia política, para a compreensão das estruturas de mediação social características do modo de produção capitalista, especialmente aquelas desenvolvidas a partir das transformações sistêmicas que se traduziram na constituição do chamado capitalismo monopolista, na virada do século XX”. Como as plataformas digitais respondem a essa definição ou colocam desafios a ela?

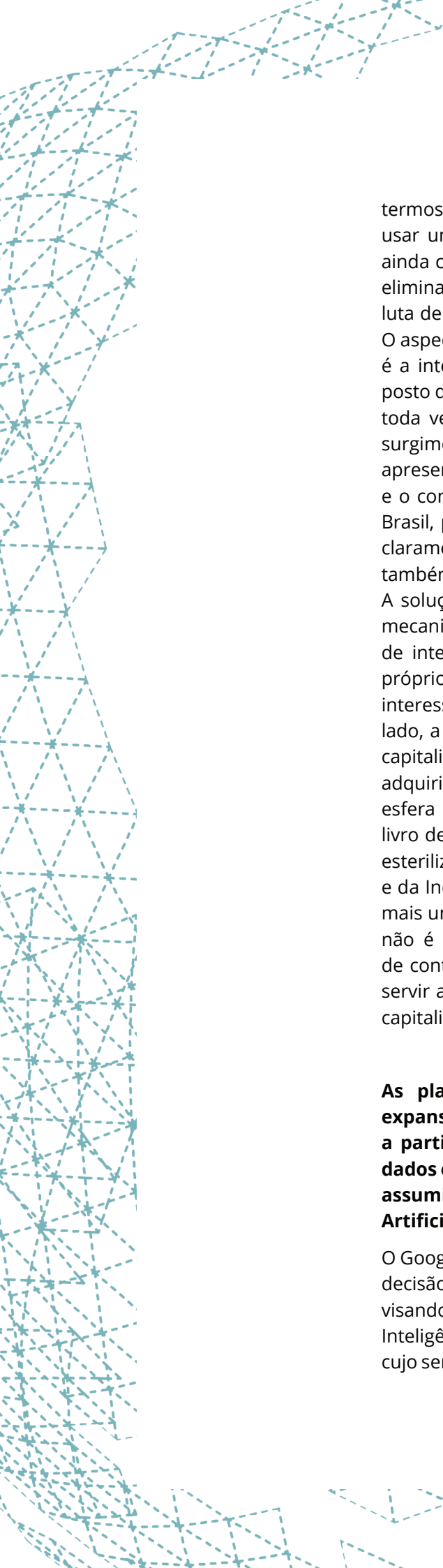
César Bolaño - O que procurei fazer ao formular essa definição foi focalizar mais a problemática da crítica da economia política. Há outras definições que circulam no campo, como a de Vincent Mosco¹, que não está errada, mas não avança tanto no projeto de constituir um pensamento marxista sobre o tema na perspectiva do materialismo dialético. Tentei explicitar exatamente a questão metodológica no sentido da relação entre forças produtivas e relações sociais de produção, seguindo a prestigiosa interpretação de Isaac Rubin. Essa relação é chave porque existe uma grande confusão sobre a questão da tecnologia. O determinismo tecnológico é muito influente no debate atual e Marx foge justamente desse determinismo ao colocar a questão em termos de contradição. O desenvolvimento das forças produtivas é importante como pressuposto de análise, mas nosso foco são as relações sociais de produção. A minha formulação procura mostrar como isso opera no campo da comunicação especificamente. Esse é o



sentido da definição. A contradição está muito claramente exposta hoje. Apesar de eu ter utilizado essa abordagem desde o início, hoje a questão é mais explícita, o que comprova o acerto da opção teórica. O aparato técnico das plataformas, da Internet e da reestruturação produtiva e seu impacto sobre o nosso campo colocam isso muito em evidência. A Indústria Cultural também era assim, mas, uma vez consolidada, ou decadente enquanto trajetória tecnológica, e naturalizada no imaginário social, a questão tecnológica já não vinha sendo posta com a mesma ênfase. Hoje, a questão técnica se sobrepõe a outras porque estamos em plena mudança estrutural e a nossa obrigação, como pensamento crítico marxista, deve ser colocá-la na sua real dimensão. Ela está relacionada com a mudança estrutural, mas o mais importante para o nosso campo de estudos – diferente das áreas técnicas da informação, ou para a engenharia – são as relações humanas. O desenvolvimento tecnológico é importante porque abre possibilidades, mas está subordinado ao movimento do capital, que incorpora o trabalho como elemento dominado, no processo de valorização. A tecnologia serve para subsumir o trabalho, para integrá-lo de forma subordinada, crescentemente redundante, mas indispensável, no processo de acumulação capitalista. A tecnologia entra para cumprir essa função e atende a interesses de atores sociais bem determinados. Assim, o desenvolvimento tecnológico no capitalismo é sempre limitado porque o capital não pode introduzir uma inovação enquanto não potencializar o lucro do que ele colocou anteriormente no mercado, o que não ocorreria em uma sociedade que não tivesse essa finalidade. Na nossa perspectiva, o desenvolvimento das forças produtivas é tomado como pressuposto, mas não como elemento determinante em última instância das transformações sociais. É claro que a expansão da informática, o surgimento do conceito de *software*, da Internet como estrutura organizadora do sistema global de cultura, dos algoritmos etc. constituem o grande *show* das transformações que atingem todos os setores da vida. Cabe à crítica da economia política desvendar as relações e as tendências ocultas por trás das cortinas do espetáculo, diferentemente do pensamento vulgar, que se limita a descrever os fenômenos superficiais e a ideologia presente na própria materialidade das relações sociais no modo de produção capitalista.

Essas transformações impactam e mesmo conformam uma nova estrutura de mediação social. Quais são os elementos-chave dentro desse novo cenário?

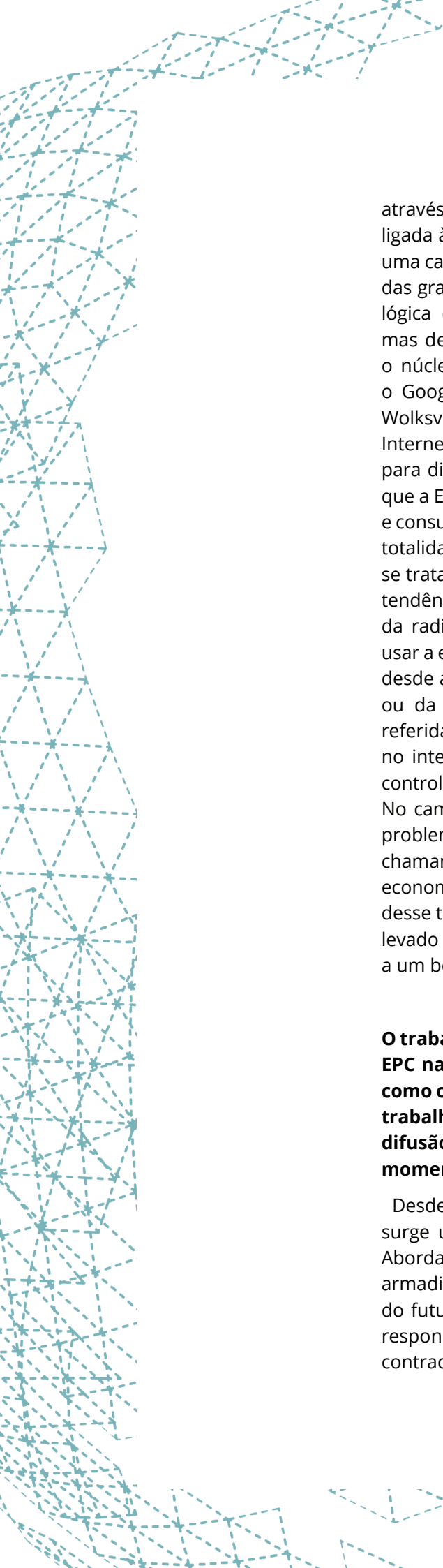
Há um processo de reestruturação produtiva e ele tem atingido diferentes setores da produção e da vida. O que acontece do ponto de vista da comunicação é que está se constituindo uma nova estrutura de mediação social. Ela significa em termos mais miúdos a transição da velha Indústria Cultural do século XX para uma nova estrutura de mediação, centrada na Internet, nas chamadas redes sociais e nas plataformas digitais. Em



termos gerais, trata-se da transição de um sistema global de cultura, para usar uma expressão de Celso Furtado, para outro muito diferente, mas ainda capitalista, com todas as suas implicações. Assim, as diferenças não eliminam o fato fundamental da relação entre a estrutura de mediação e a luta de classes, embora as formas de manifestação sejam muito distintas. O aspecto importante, por exemplo, dos novos negócios, no mundo digital, é a interatividade. Na verdade, a interatividade é um princípio que está posto desde a invenção do rádio e vem sendo discutido ao longo do tempo, toda vez que uma nova possibilidade técnica é posta. Foi assim com o surgimento da TV segmentada, da TV digital, mas em todos os casos, ela se apresentava como um problema, como uma dificuldade para a organização e o controle do negócio. No início da implantação da TV segmentada no Brasil, por exemplo, eu me lembro, um executivo da área chegou a dizer claramente que, na medida em que a TV a cabo permite que a audiência também emita, todo o modelo de financiamento conhecido estava em risco. A solução encontrada, como já ocorrera no caso do rádio, foi introduzir mecanismos técnicos ou institucionais que reduzissem a possibilidade de interação. Hoje, no entanto, a interatividade é uma necessidade do próprio capital, mas também tem que ser controlada para atender aos seus interesses, seja no que se refere à publicidade ou à propaganda. Por outro lado, a interatividade só é possível graças à situação do desenvolvimento capitalista no que se refere à capacidade de integração social que o sistema adquiriu. Podemos dizer que o potencial crítico e revolucionário da velha esfera pública burguesa, a que Habermas se referia no seu fundamental livro de 1962 [*Mudança Estrutural da Esfera Pública*], já foi suficientemente esterilizado ao longo de um século de vigência da sociedade de consumo e da Indústria Cultural. Nessas condições, a interatividade não representa mais uma ameaça tão grave como no revolucionário século XIX. A questão não é propriamente a tecnologia, mas as capacidades de integração e de controle social que ela sem dúvida facilita porque foi desenhada para servir aos interesses da concorrência e às funções reguladoras do Estado capitalista.

As plataformas digitais vêm demonstrando uma capacidade de expansão de seus negócios, inclusive diversificando suas atividades a partir de grandes números de usuários, de suas amplas bases de dados e de sofisticados sistemas tecnológicos. Essas companhias estão assumindo a vanguarda de inovações, como no caso da Inteligência Artificial e da Internet das Coisas. Como você percebe este processo?


O Google, por exemplo, está desenvolvendo carros automáticos. Isso como decisão estratégica de investimento de uma empresa em novos setores visando aumentar a sua lucratividade é uma coisa. Outra é o projeto de Inteligência Artificial e Internet das Coisas, que está ligado a um movimento cujo sentido, em nível macro, é o reforço dos mecanismos de controle social




através das diferentes formas de comunicação. A dinâmica econômica atual, ligada à economia das redes e das plataformas digitais, está relacionada a uma capacidade que a empresa tem de manipulação de dados, de controle das grandes bases de dados. A novidade é que neste caso não existe uma lógica econômica da pura venda da mercadoria de forma tradicional, mas de utilização desses bancos de dados como ativo econômico, como o núcleo, na verdade, dos modelos de negócio das plataformas. Assim, o Google inventará um carro não simplesmente para concorrer com a Wolkswagen, mas produzirá um veículo que faz parte da lógica geral da Internet das Coisas, que colhe informação e se comunica, que será utilizado para diversas finalidades relacionadas a esse paradigma. Uma das coisas que a EPC precisa fazer é retomar a discussão sobre produção, distribuição e consumo, algo que ainda é deficiente no campo, para entender como essa totalidade do modo de produção capitalista se estrutura atualmente. Não se trata propriamente de uma novidade, mas do aprofundamento de uma tendência que já era visível na organização dos sistemas de financiamento da radiodifusão convencional, por exemplo, via “terceiro pagante”, para usar a expressão francesa. Muitos interessantes questões estão envolvidas, desde aquelas referentes à definição de trabalho produtivo para o capital, ou da definição da mercadoria específica desses setores, até aquelas referidas às relações entre produção, reprodução, distribuição e consumo no interior do modo de produção. O capital tem conseguido formas de controle não apenas sobre a produção, mas também sobre o consumo. No campo da comunicação, há uma tradição de discussão sobre isso. O problema é que as soluções dadas, como no debate sobre o que alguns chamam de “trabalho da audiência”, são equivocadas e alheias à crítica da economia política. A concentração de esforços interpretativos em soluções desse tipo, como vem ocorrendo de forma bastante generalizada hoje, tem levado boa parte do pensamento pretensamente marxista em Comunicação a um beco sem saída.

O trabalho da audiência é uma das polêmicas da abordagem central da EPC na questão do trabalho, recebendo bastante atenção no campo, como o presente dossiê evidencia. Como você percebe as mudanças no trabalho diante da ascensão da Internet e das mudanças na produção, difusão e consumo de informação, comunicação e cultura no atual momento do capitalismo?

Desde que comecei a acompanhar o tema, há 30 anos, a cada dia surge uma ideia nova para complicar a nossa compreensão das coisas. Abordagens diversas, como a do “capitalismo cognitivo”, podem trazer armadilhas embutidas. Por exemplo, a ideia de “prosumidor” (*prosumer*), do futurólogo americano Alvin Toffler, consiste em um equívoco, que foi responsável por muita confusão e desperdício de energia mental, e que contradiz princípios básicos da crítica da economia política. Outro exemplo



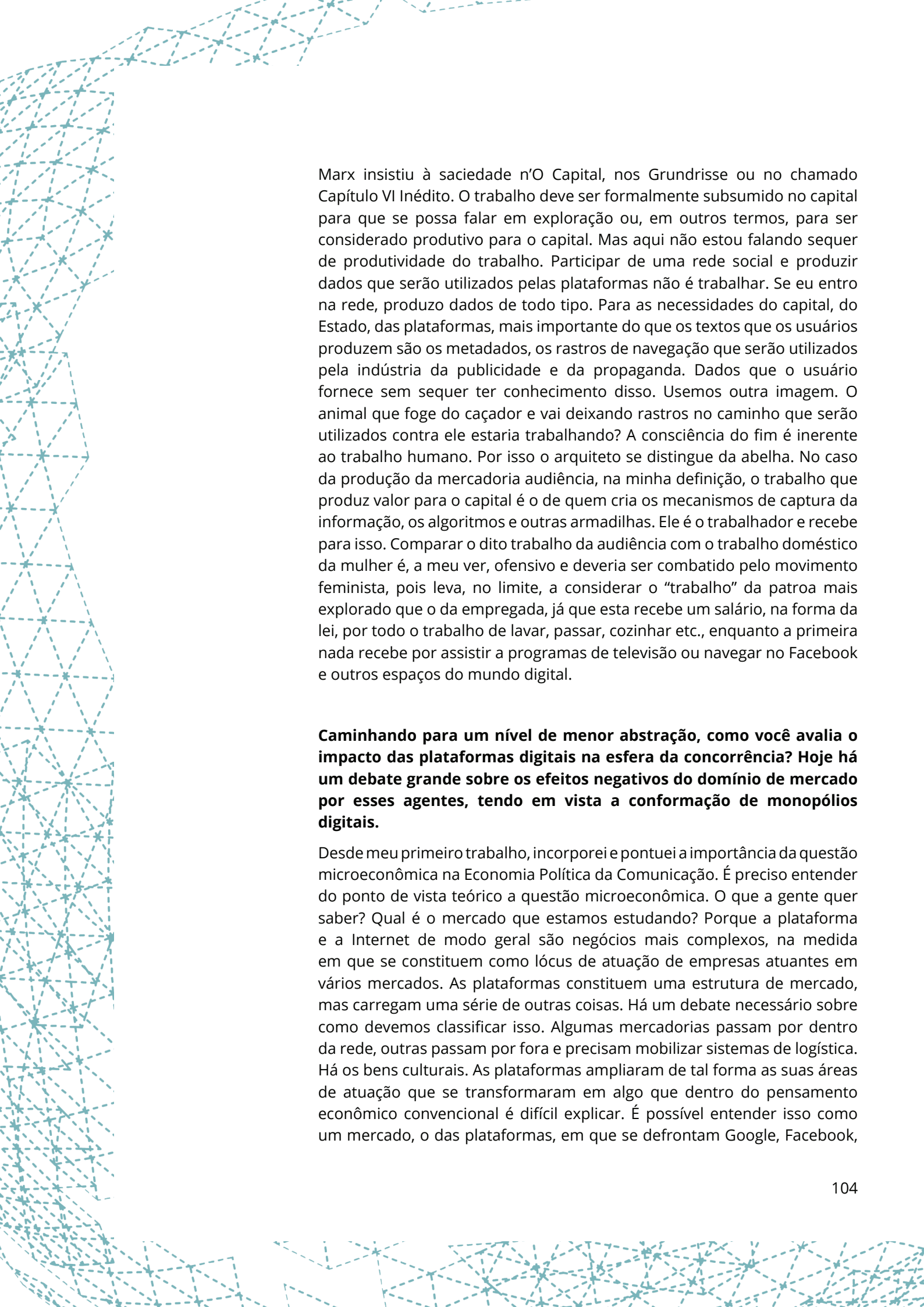
é o conceito de “trabalho digital”, uma clara contradição em seus termos. Como poderia o trabalho humano ser digital? A não ser que entendamos, como meu amigo Ancizar Narvaez, baseado em teorias da linguagem, todo trabalho como digital, mas nesse caso a definição de um tipo particular de trabalho chamado digital também não teria sentido. O problema da tecnologia digital é que se trata justamente de uma solução adotada em determinado momento para facilitar o controle sobre o trabalho, para a robotização e para a subsunção do trabalho intelectual. O sistema obriga o trabalhador a submeter-se aos ditames de uma coisa e ela é digital, mas o próprio trabalho evidentemente não. A questão é como realizar a comunicação homem-máquina, se é que se pode falar assim, obrigando os indivíduos a se adaptarem às exigências impostas pela lógica digital da coisa. O “trabalho da audiência” é outra dessas ideias problemáticas que, inclusive, jogam a EPC para o campo do pensamento pós-moderno. É certo que ele surge com Dallas Smythe, que tem uma importância na formulação do problema da relação entre comunicação e marxismo, mas ele próprio oferece uma solução pobre. Dizer que o telespectador, assistindo televisão, está trabalhando é um contrassenso. Nosso problema é entender o que a Escola de Frankfurt entendeu à sua maneira: as relações de produção e consumo de forma articulada, sem confundi-las. É um reducionismo e uma mistura de categorias que reduzem de forma inaceitável a complexidade das relações de produção, troca, distribuição e consumo, tal como formuladas por Marx de forma precisa, ainda que nem sempre de fácil compreensão, na famosa Introdução à Crítica da Economia Política e n’O Capital. O trabalho de Smythe é do fim dos anos 1970 e ele recebeu as devidas críticas à época da sua publicação, de modo que, dentro do pensamento marxista, considerava-se em geral superado até que, com o desenvolvimento tecnológico atual, um pensamento desconectado (ou mal conectado) do marxismo começa a ganhar espaço. É nesse contexto que a referida sugestão de Alvin Toffler, argumentando que não existe mais diferença entre produção e consumo, será adotada por um autor como Christian Fuchs, que pretende tê-la adaptado, lançando mão de Smythe, ao marxismo. Trata-se, no entanto, de uma distorção inaceitável do pensamento de Marx. No que tange à questão do financiamento, da valorização dos ativos e de sua monetização, a que vocês se referem, a EPC tem resposta para isso há muito tempo. Não é propriamente aí onde reside a novidade do novo sistema global de cultura. A questão é entender a relação entre economia e sociedade, produção e consumo, o problema da realização, que é antigo no pensamento econômico, ou das formas de financiamento diferentes da mera exclusão pelos preços etc. O fato é que o sistema tem hoje a capacidade de controlar não somente o trabalho, mas o consumo também e de forma extremamente capilarizada. Mas não por isso podemos dizer que a audiência que visita uma rede social está trabalhando, pois isso não tem a ver com o conceito de trabalho subordinado ao capital, subsumido formalmente como trabalho assalariado. No caso da



audiência, não se trata de exploração de trabalho, mas de controle social. O trabalhador é submetido à exploração no processo de trabalho. Quando ele se encontra em sua casa diante de um aparelho de TV ou de um computador, buscando algum tipo de divertimento, não está no sindicato e está sendo controlado de alguma forma, inserido em um sistema global de cultura em que o consumo diferenciado atinge massas crescentes da população. Identificar esse tipo de controle social com trabalho produtivo para o capital reduz toda a problemática da caracterização da nova classe trabalhadora do século XXI, frente à enorme fragmentação e às consequências da reestruturação produtiva, a uma dicotomia idealista entre um capital, visto como generalidade, em abstrato, e uma multidão, também abstrata, que não se consegue definir em termos de classe social, o que apresenta óbvias e nefastas consequências políticas no concernente à organização e à consciência da classe trabalhadora.

Mas sua demarcação em relação ao trabalho assalariado não desconsidera o debate feminista sobre o trabalho doméstico?

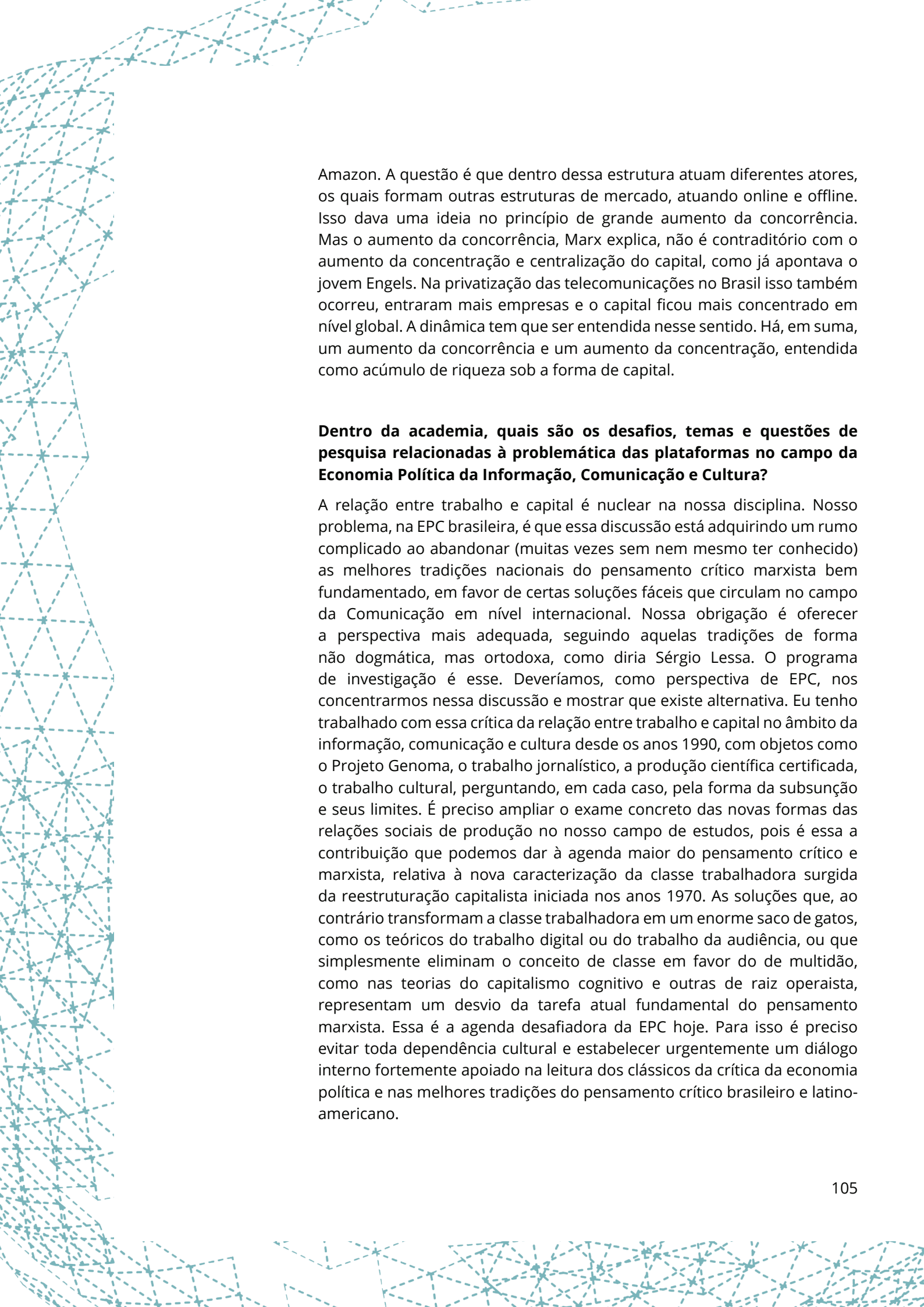
Não. A mulher que só trabalha em casa não é diretamente produtiva para o capital, embora se trate de trabalho produtivo no sentido do trabalho em geral, que produz valores de uso. No entanto, ela presta um serviço inestimável ao capital, ao rebaixar o valor da força de trabalho, na medida em que essa parte fundamental da reprodução da classe trabalhadora é garantida pela própria classe trabalhadora, no seu ambiente doméstico, fora do tempo de trabalho e sem nenhuma remuneração. Mas, para além dessa conta meramente econômica, o aspecto central reside na capacidade que o capital teve de subsumir o patriarcado como forma de controle social. Assim, na 2ª Guerra Mundial, as mulheres tiveram que assumir os postos de homens nos processos de trabalho industriais. Ao final da guerra, quando os soldados retornaram, elas foram obrigadas a voltar para casa, o que evidentemente não ocorreu sem resistência. Em todo caso, o capital se vale, nessas condições, do fundamento do patriarcado para que uma parcela da classe trabalhadora controle outra parcela. É um problema complexo, como o problema racial, que o movimento operário deve enfrentar e que nem sempre teve a capacidade de enfrentar adequadamente. Por exemplo, não se pode negar às mulheres o direito de reivindicar uma remuneração pelo trabalho doméstico, embora saibamos de antemão que o próprio capital não se responsabilizará pelo pagamento, pois está fora da sua lógica. Fazer o trabalhador pagar pelo serviço da mulher evidentemente não é solução. Assim, a única forma de resolver o problema é atacar, de uma só vez, a exploração capitalista e o patriarcado, de modo a democratizar radicalmente a riqueza. Ora, isto não tem nada a ver com o dito “trabalho da audiência”, onde o conceito de exploração capitalista sequer se aplica. A taxa de exploração se calcula na relação entre trabalho necessário e excedente. A forma salário é absolutamente necessária, embora não suficiente, como



Marx insistiu à sociedade n' O Capital, nos Grundrisse ou no chamado Capítulo VI Inédito. O trabalho deve ser formalmente subsumido no capital para que se possa falar em exploração ou, em outros termos, para ser considerado produtivo para o capital. Mas aqui não estou falando sequer de produtividade do trabalho. Participar de uma rede social e produzir dados que serão utilizados pelas plataformas não é trabalhar. Se eu entro na rede, produzo dados de todo tipo. Para as necessidades do capital, do Estado, das plataformas, mais importante do que os textos que os usuários produzem são os metadados, os rastros de navegação que serão utilizados pela indústria da publicidade e da propaganda. Dados que o usuário fornece sem sequer ter conhecimento disso. Usemos outra imagem. O animal que foge do caçador e vai deixando rastros no caminho que serão utilizados contra ele estaria trabalhando? A consciência do fim é inerente ao trabalho humano. Por isso o arquiteto se distingue da abelha. No caso da produção da mercadoria audiência, na minha definição, o trabalho que produz valor para o capital é o de quem cria os mecanismos de captura da informação, os algoritmos e outras armadilhas. Ele é o trabalhador e recebe para isso. Comparar o dito trabalho da audiência com o trabalho doméstico da mulher é, a meu ver, ofensivo e deveria ser combatido pelo movimento feminista, pois leva, no limite, a considerar o "trabalho" da patroa mais explorado que o da empregada, já que esta recebe um salário, na forma da lei, por todo o trabalho de lavar, passar, cozinhar etc., enquanto a primeira nada recebe por assistir a programas de televisão ou navegar no Facebook e outros espaços do mundo digital.

Caminhando para um nível de menor abstração, como você avalia o impacto das plataformas digitais na esfera da concorrência? Hoje há um debate grande sobre os efeitos negativos do domínio de mercado por esses agentes, tendo em vista a conformação de monopólios digitais.

Desde meu primeiro trabalho, incorporei e pontuei a importância da questão microeconômica na Economia Política da Comunicação. É preciso entender do ponto de vista teórico a questão microeconômica. O que a gente quer saber? Qual é o mercado que estamos estudando? Porque a plataforma e a Internet de modo geral são negócios mais complexos, na medida em que se constituem como lócus de atuação de empresas atuantes em vários mercados. As plataformas constituem uma estrutura de mercado, mas carregam uma série de outras coisas. Há um debate necessário sobre como devemos classificar isso. Algumas mercadorias passam por dentro da rede, outras passam por fora e precisam mobilizar sistemas de logística. Há os bens culturais. As plataformas ampliaram de tal forma as suas áreas de atuação que se transformaram em algo que dentro do pensamento econômico convencional é difícil explicar. É possível entender isso como um mercado, o das plataformas, em que se defrontam Google, Facebook,



Amazon. A questão é que dentro dessa estrutura atuam diferentes atores, os quais formam outras estruturas de mercado, atuando online e offline. Isso dava uma ideia no princípio de grande aumento da concorrência. Mas o aumento da concorrência, Marx explica, não é contraditório com o aumento da concentração e centralização do capital, como já apontava o jovem Engels. Na privatização das telecomunicações no Brasil isso também ocorreu, entraram mais empresas e o capital ficou mais concentrado em nível global. A dinâmica tem que ser entendida nesse sentido. Há, em suma, um aumento da concorrência e um aumento da concentração, entendida como acúmulo de riqueza sob a forma de capital.

Dentro da academia, quais são os desafios, temas e questões de pesquisa relacionadas à problemática das plataformas no campo da Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura?

A relação entre trabalho e capital é nuclear na nossa disciplina. Nosso problema, na EPC brasileira, é que essa discussão está adquirindo um rumo complicado ao abandonar (muitas vezes sem nem mesmo ter conhecido) as melhores tradições nacionais do pensamento crítico marxista bem fundamentado, em favor de certas soluções fáceis que circulam no campo da Comunicação em nível internacional. Nossa obrigação é oferecer a perspectiva mais adequada, seguindo aquelas tradições de forma não dogmática, mas ortodoxa, como diria Sérgio Lessa. O programa de investigação é esse. Deveríamos, como perspectiva de EPC, nos concentrarmos nessa discussão e mostrar que existe alternativa. Eu tenho trabalhado com essa crítica da relação entre trabalho e capital no âmbito da informação, comunicação e cultura desde os anos 1990, com objetos como o Projeto Genoma, o trabalho jornalístico, a produção científica certificada, o trabalho cultural, perguntando, em cada caso, pela forma da subsunção e seus limites. É preciso ampliar o exame concreto das novas formas das relações sociais de produção no nosso campo de estudos, pois é essa a contribuição que podemos dar à agenda maior do pensamento crítico e marxista, relativa à nova caracterização da classe trabalhadora surgida da reestruturação capitalista iniciada nos anos 1970. As soluções que, ao contrário transformam a classe trabalhadora em um enorme saco de gatos, como os teóricos do trabalho digital ou do trabalho da audiência, ou que simplesmente eliminam o conceito de classe em favor do de multidão, como nas teorias do capitalismo cognitivo e outras de raiz operaista, representam um desvio da tarefa atual fundamental do pensamento marxista. Essa é a agenda desafiadora da EPC hoje. Para isso é preciso evitar toda dependência cultural e estabelecer urgentemente um diálogo interno fortemente apoiado na leitura dos clássicos da crítica da economia política e nas melhores tradições do pensamento crítico brasileiro e latino-americano.